WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 25 R$ 1,50 RMVALE, QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2019 N.º 3.321

Thales Gabriel e Dr. Davi tem contas da campanha rejeitas em Cruzeiro

Mesmo com derrota na justiça sobre dados da campanha, prefeito e vice mantém direitos eleitorais

Fotos: Arquivo Atos

■ Rafael Rodrigues
Cruzeiro

O TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) rejeitou as contas do prefeito de Cruzeiro, Thales Gabriel Fonseca (SD), referentes à campanha de 2016. A decisão foi unânime. Os desembargadores julgaram que as contas da corrida eleitoral do prefeito e de seu vice, Dr. Davi Mota (PV), estavam irregulares.

De acordo com o processo, julgado no último dia 25, houve irregularidades que comprometeram a confiabilidade e a transparência da prestação de contas.

Os auditores encontraram inconsistências em movimentação bancária e também no pagamento de funcionários, caracterizando abuso de poder econômico da chapa composta por Fonseca e Mota.

A justificativa da defesa é que era necessário o pagamento das pessoas que faziam o trabalho de divulgação de campanha em um período de greve. "Vivíamos em um período de eleição, quando tínhamos que fazer muitas movimentações bancárias e pagamentos com cheque, e tudo isso em um período de greve. Optamos naquele momento, até mesmo para cumprir nossos compromissos com as pessoas que trabalhavam conosco nas ruas, entregando nosso material, que faríamos uma retirada no banco na sexta-feira para pagar essas pessoas no sábado", explicou o prefeito.

Mesmo com a movimentação e o pagamento sendo feito pela coordenação de campanha, a Justiça Eleitoral entendeu que houve inconsistência na prestação de contas, minimizada pelo prefeito, que alegou que mesmo com a reprovação, o Tribunal entendeu que não houve "dolo ou má fé".

Com as explicações, Thales afirmou que a Justiça julgou improcedente a denúncia de abuso de poder econômico, mas manteve, ainda assim, a reprovação das contas. "O que perdurou foi a reprovação das contas formais por conta da Justiça Eleitoral. Nós já fizemos um recurso para que elas fossem reavaliadas e pudéssemos obter uma reforma dessa decisão, mas constando no acórdão que não houve má fé ou dolo", reforçou Fonseca.

Apesar de constar contas eleitorais rejeitadas, o prefeito de Cruzeiro garantiu que isso não o impede de disputar a próxima eleição. Legalmente, ele ainda pode recorrer, o que daria condições de concorrer ao cargo no pleito do ano que vem.

Caso o recurso seja rejeitado também no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o chefe do Executivo ainda não se tornará inelegível na próxima eleição, mas não poderá receber recursos financeiros pelo fundo partidário para sua campanha. "Vamos à terceira instância para buscar, a partir dessa consistência de não haver má fé, o dolo, tentar a aprovação das nossas contas, mesmo que com ressalvas", finalizou.

O prefeito de Cruzeiro, Thales Gabriel Fonseca, que teve contas de campanha apontadas na Justiça

Por 7 votos a 6, Câmara de Cachoeira barra projeto sobre pagamento de funcionários

Plano do Executivo, que tentava elevar referência de aposentadoria para afastamento de servidores

Fotos: Jéssica Dias

■ Jéssica Dias
Cachoeira Paulista

A Câmara de Cachoeira Paulista reprovou por 7 votos a 6, o projeto de lei encaminhado pelo prefeito Edson Mota (PR) que tinha como proposta a promoção de referência aos servidores municipais com tempo para aposentadoria pela Previdência Social.

No município, a lei 877, de 17 de agosto de 1992, leva para última referência o salário do servidor quando estivesse faltando um ano para se aposentar, ou seja, a intenção de elevar a referência do funcionário era que ele se afastasse da Prefeitura para inativo.

Segundo a secretária de Negócios Jurídicos, Gisely Fernandes, na última referência muita há casos de salários que triplicam e os servidores não "encostam" (sic). "Essa lei acabou criando um impacto orçamentário muito grande, causou um caos nas finanças do município. Principalmente nas últimas gestões, o orçamento não teve condições de levar para a última referência do servidor, porque o valor triplicava e a intenção de elevar a referência era que ele (servidor) se afastasse, mas aconteceu que eles iam para a última referência e continuavam trabalhando recebendo normalmente o salário", explicou.

Por 7 votos a 6 Vereadores de Cachoeira Paulista reprovaram por 7 votos a 6, projeto de lei encaminhado pelo prefeito Edson Mota

Segundo a explicação da secretária, o projeto barrado na Câmara tinha o objeto de oferecer escolha para o servidor em receber a última referência no último ano do trabalho antes da aposentadoria, com a condição de que se afastasse do serviço público.

Para o vereador de oposição Danilo Luiz da Silva, o Professor Danilo (PROS), o projeto visava desrespeitar o servidor público, e tirava a possibilidade da evolução no momento de aposentadoria. "Quando eu digo 'no momento de aposentadoria', alguém pode estar achando que é um favor que a Prefeitura de Cachoeira faz ao dar as referências na hora da aposentadoria. Pelo contrário, são as referências que não são dadas durante toda a vida do trabalhador".

Alegando supervalorização nos cofres públicos, a Prefeitura busca alternativa para retomar a proposta. "Não tem a menor condição dessa lei existir. Hoje o município está com orçamento comprometido, e isso pode levar uma falência daPrefeitura de Cachoeira Paulista se continuar dessa forma. Na próxima semana o jurídico já está finalizando o parecer para o prefeito Edson Mota, e vamos aguardar a decisão final dele", relatou a secretária.

No final de 2018 foram exonerados cerca de setenta aposentados da Prefeitura que atingiram o tempo de aposentadoria. "Nós temos poucos funcionários no quadro em razão dessa exoneração. Com as demissões, podemos contratar outros servidores através de concurso público por um salário inicial. Se mantermos os aposentados no quadro, estamos criando o emprego vitalício, ou seja, eles nunca vão sair, então a gente precisa rever mesmo essa situação", concluiu.

Com as demissões dos aposentados, a cidade gerou uma economia em torno de R$ 200 mil por mês, em torno de 25%.

Atos e Fatos

Márcio Meirelles

"Não há graus intermediários entre o medíocre e o pior"

Nicolas Boileau

O ESPETÁCULO DA MEDIOCRIDADE

Mais um espetáculo de mediocridade.

A presença do ministro Sergio Moro na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

A mediocridade está em todos os sentidos.

Na qualidade de nossos representantes, nossos por que foram eleitos, escolhidos pela população, dignos representantes do povo e pela qualidade das perguntas.

A farsa montada pelos perdedores beira ao ridiculo demonstrando que os nossos representantes desconhecem a nossa Carta Magna e o funcionamento da Justiça.

Constituição confere.

A verdade, o aprendizado político que o ministro Sergio Moro está despertando na sociedade está incomodando a "velha política".

Nos meandros dos processos, no estudo criterioso das provas, o magistrado percebeu a fragilidade de nossas estruturas de controle, a intervenção e a ingerência do Estado na coisa pública e a ação descabida e incompetente de governantes que não distinguem a vida público da privada.

Abandona a sua carreira na magistratura pela insegurança que a Lava Jato fosse destruída pelos políticos como ocorreu na Itália.

Mantida as devidas proporções

"A verdade, o aprendizado político que o ministro Sergio Moro está despertando na sociedade está incomodando a "velha política""

Perto de 30% dos membros do parlamento estão envolvidos na operação Lava Jato. Na fabula brasiliana o rato intimidando o gato!

O parlamento como uma praça pública onde transitam as pessoas de toda a espécie e nível de educação.

Um deputado fardado com a Bíblia na mão esquerda e no braço direito a bandeira nacional.

Semelhança de um garçom com o cardápio em uma das mãos e no braço o guardanapo.

Outro com um enorme chapéu como se estivesse no sertão.

Nas reuniões a semelhança das praças públicas interioranas onde transitam letrados, mulheres de vida fácil, pregadores, desocupados, mercadores, pipoqueiros e algodão doce, tipos populares, agiotas, dementes e pedintes.

Seria interessante que todos tivessem o mesmo nível de instrução, de conhecimento, e que respeitassem o ambiente onde se discutem as propostas e as melhores soluções para seus representados e não um local para ofensas pessoais.

O corrupto arguindo o magistrado!

Talvez este seja um dos defeitos da democracia que Churchill enxergava!

Uma demonstração descabida dos representantes do povo com o objetivo de salvar um condenado, preso, julgado por todas as instâncias jurídicas que o nosso regime democrático concede e a seria anular o processo contra o ex-presidente Lula, torná-lo elegível e ser o atual presidente da República.

O Lula italiano seria o Berlusconi e a Itália atual, o país europeu com maiores dificuldades econômicas e políticas da União Europeia.

Sergio Moro se apresenta como um modelo de funcionário público exemplar, raro de se ver, em que simplesmente executou o óbvio: cumpriu a lei!

Não se trata de destruir a imagem do magistrado, não há como, pois se trata de uma farsa criminosa que a oposição gerou, mas o modelo de política que a sociedade está desenvolvendo - perfil que a grande maioria dos políticos atuais não se encaixa.

O episódio dos vazamentos está sendo uma aula magna aos políticos que o país não tolera mais este tipo de política populista, corrupta, a sociedade está encontrando forças para destruir estas mazelas do corporativismo, do assembleísmo e da farsa.

Somos todos iguais perante a Constituição, menos na Previdência!

Na reforma da previdência resquícios deste atraso político e a ausência do conceito de nação.

A lembrança do hino nacional da Finlândia – um dos países com o maior índice mundial de Desenvolvimento Humano - que em seu início afirma: "somos um país pobre sem recursos naturais", mas," o nosso ouro está em nosso povo".

Vamos chegar lá!

Dina critica secretários e anuncia que fará "troca de cadeiras" em Aparecida

Com mais de uma semana no comando, prefeita não esconde insatisfação com postura do primeiro escalão

Rafael Rodrigues
Aparecida

Depois de mais de uma semana no comando de Aparecida, a prefeita Dina Moraes Moreira (PDT) não escondeu a insatisfação com parte do secretariado, e cobrou publicamente mais apoio. Ela destacou que nomes de confiança e que detenham conhecimento técnico dos setores serão nomeados.

Ao assumir o cargo, com o afastamento de Ernaldo Cesar Marcondes (MDB), Dina não sinalizou mudanças drásticas no secretariado. A única alteração feita, foi a nomeação de Welington Nogueira para o cargo de secretário municipal de Administração. Nogueira está no cargo por conta do afastamento de Domingos Leo Monteiro.

Mas após sete dias no cargo, a chefe do Executivo já tem outro discurso. "Eu acho que é necessário que haja uma mudança (no secretariado), até porque eu senti uma certa resistência de algumas pessoas nesse período em que estou aqui. Entendo perfeitamente a situação de cada um, mas esperava maior apoio, mas infelizmente temos que trabalhar com as pessoas que temos muita confiança", revelou.

Dina confirmou que ainda não teve muito tempo para avaliar toda situação da Prefeitura e que até o momento fez levantamentos sobre as necessidades de cada secretaria municipal, principalmente para atender as informações da Câmara da cidade. "Uma semana é um tempo muito curto, mas já consegui fazer um breve levantamento para tomar a conhecimento das condições e necessidades de cada secretaria e também levantar os pedidos de informações dos vereadores".

A prefeita demonstrou cautela quanto as mudanças, pois segundo ela, ainda aguarda decisão judicial para ter confirmação de que continuará no cargo. "Vamos deixar claro que existe essa liminar e estou aguardando a decisão da Justiça sobre o recurso do Sargento Ernaldo. Até porque não posso dispensar ninguém enquanto não tiver certeza da minha permanência do cargo", revelou.

Uma das principais queixas de Dina é que as informações nessa semana de governo estão desencontradas. "As informações chegam muito segmentadas até mim, e vejo que alguns secretários estão tomando certas atitudes sem me comunicar, ou se saber a real situação e a verdade dos fatos", finalizou.

Dina Moraes Moreira está no cargo de prefeita de Aparecida desde o último 25 de junho. Ela assumiu o governo depois que a Justiça de concedeu liminar na quarta-feira, 19, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público determinando o afastamento do prefeito Ernaldo Cesar Marcondes e do secretário de Administração, Domingos Leo Monteiro.

Eles são acusados de autorizar licitação fraudulenta para aquisição de kits escolares em 2015, quando Marcondes era prefeito interino na cidade.

Fotos: Leandro Oliveira

A prefeita em exercício, Dina Moraes, despacha durante semana de difícil diálogo com secretários na Prefeitura de Aparecida

Prefeitura passa por "varredura" e debate ações com vereadores

Promotoria analisa contratos do prefeito Ernaldo César afastado por fraude

Leandro Oliveira
Aparecida

O afastamento do prefeito eleito em 2016, Ernaldo César Marcondes (MDB), marcou uma mudança nos rumos do Executivo. Desde então, reuniões com a Promotoria de Justiça e a Câmara Municipal são realizadas com frequência.

Na última quarta-feira, a prefeita Dina Moraes (PDT) recebeu um grupo de vereadores. No dia anterior, ela já havia sido visitada pela Promotoria de Justiça, e representantes do Comus foram à sede do Executivo colher informações e analisar todas as contas, contratos e procedimentos que foram tomados pela Prefeitura com relação à saúde municipal e ao contrato assinado com a empresa Saec (Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana), que administrava o setor básico no município.

O contrato entre a Prefeitura e a Saec é alvo de investigação, e teve um desfecho negativo para o prefeito afastado (leia texto nesta página). "A Promotoria veio fazer uma análise de todos os documentos de todas as empresas. Para nós da Prefeitura foi uma atitude até muito positiva, pois podemos traçar um norte e corrigir os possíveis erros", afirmou. "É muito complicado, pois eu nem cheguei e já estou enfrentando todos esses problemas", esclareceu.

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-06
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl.25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas
de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1, Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro de Fonseca, 173 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12) 3522-9571 - Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R.Dr. Carlos Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257
Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha
Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas
de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, FL

Vale do Paraíba vai na contramão e gera menos empregos em 2019

Após de meses de saldos positivo, avaliação tem queda puxada pelo setor varejista

Marcelo Augusto
Região

Fotos: Arquivo Atos

Cartaz indica vaga no comércio de Guaratinguetá; setor responsável por dados do mês de maio na região

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba obteve um saldo negativo na geração de empregos, segundo os dados divulgados pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Ao todo, 440 postos de trabalhos foram fechados.

A cidade de Aparecida obteve cerca de 133 demissões no último mês. Além disso, o município acumula nos últimos 12 meses um saldo negativo de 382 dispensas.

Guaratinguetá foi a que mais gerou empregos. Ao todo foram abertas 391 novas vagas. Pindamonhangaba e Campos do Jordão juntas geraram 346 novas carteiras assinadas.

No lista das cem cidades que mais demitiram no estado, Guaratinguetá aparece na 69ª posição e Pindamonhangaba aparece como a 71ª mais demissionária no levantamento.

Lorena obteve quarenta novas vagas, mas no acumulado dos últimos 12 meses, atingiu cerca de 140 demissões.

A cidade de Piquete foi a que menos demitiu, segundo o Caged, ao todo foram -0,46. No ano, a cidade apresenta um saldo de 90 novas carteiras assinadas, sendo que nos últimos 12 meses foram 45.

O país gerou cerca de 32 mil novos postos de trabalho, mas segundo o IBGE (Instituído Brasileiro de Geografia e estática) ainda são 13,2 milhões de desempregados.

Em 2019, o saldo é positivo em 575 empregos na região, sendo nos últimos 12 meses criadas 1.137 novas vagas.

Final do feriado prolongado tem expectativa de estradas cheias na região

Da Redação
Região

O final de semana começou agitado na região, por conta do feriado prolongado da Revolução Constitucionalista, que acontece na próxima terça-feira.

Mais de 380 mil veículos devem passar pelas estradas que cortam a RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba).

Na rodovia Presidente Dutra, a concessionária realiza operação especial de orientação e atendimento aos motoristas e passageiros que utilizarão a via até terça-feira.

A operação contará com papa-filas nos pedágios e equipes extras do SOS Usuário em pontos estratégicos da rodovia.

Para auxiliar os usuários durante a viagem, a Via Dutra será inspecionada por mais de cem viaturas e quinhentos profissionais, entre médicos, agentes de atendimento pré-hospitalar e equipes de emergência, que estarão 24 horas em regime de revezamento.

Os horários com maior volume de tráfego no trecho paulista da Via Dutra serão entre 8h e 14h de sábado. A previsão é de oito mil veículos por hora.

No retorno do feriado, o horário de maior movimento fica entre às 16h e 21h de terça-feira, com mais de 6 mil veículos por hora.

A rodovia dos Tamoios foi interditada na última sexta-feira por conta de risco de queda de barreiras. Ainda não há previsão de retorno. As rotas alternativas para os motoristas são as rodovias Oswaldo Cruz (SP-125), Mogi-Bertioga (SP-98).

2007 – Flex -2 pts., Tr. F: 97401-3304 – Pinda

VENDO Eco Sport Freestyle – prata – completa. Tr.F: 97402-5466 – Pinda

VENDO Honda Bis Ex 125 ano 2014 – preta. Tr.F: 99160-6224 – Pinda

VENDO Honda Bis C100 ano 2002 – verde – doc.ok – revisada. Tr.F: 98135-1280 – Pinda

VENDO Corsa Classic 1.0 ano 2008 – prata – completo. Tr. F: 988869-2025 – Pinda

VENDO Coureir flex ano 2008 – vd elet. Tr. F: 9915305024 – Pinda

VENDO Corsa Hatch Maxx Flex 1.0 ano 2006 – prata. Tr.F: 99109-5313 – Pinda

Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio
CNPJ nº 05.476.154/0001-78 – NIRE 35.300.194.225
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019

Data, Hora e Local: Às 14 horas do dia 30/04/2019 na sede da Companhia, na Avenida Peixoto de Castro, Quadra I-6, GB, Pólo Urbo Industrial, Lorena-SP. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social. Presentes ainda, os Senhores Rogério Barbosa e Valter Takeo Sassaki, representando a Diretoria da Companhia. Dispensada a presença de representante da auditoria independente, por não haver por parte dos acionistas a necessidade de esclarecimentos adicionais. **Mesa:** Mauro André de Souza, Presidente da Mesa; Valter Takeo Sassaki, Secretário. **Ordem do Dia:** Por unanimidade dos votos dos presentes e observados os impedimentos legais, foram discutidas e aprovadas as seguintes matérias: **1. Relatório Anual da Administração.** Foi aprovado em sua íntegra e sem quaisquer restrições, o relatório anual da administração da Companhia referente ao exercício encerrado em 31/12/2018. **2. Demonstrações Financeiras.** Foram aprovadas em sua íntegra e sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2018, com o parecer favorável, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes, publicadas no dia 17/04/2019, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 61 a 63 e no Jornal ATOS de Lorena, página 03. Foi aprovado também que não haverá distribuição de dividendos. **3. Remuneração dos Administradores.** Fixou-se o valor global de até 20.000,00 para a remuneração dos administradores da Companhia até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, valor esse a ser distribuído entre os membros dos órgãos da administração conforme deliberação do Conselho de Administração, nos termos do artigo 7º, parágrafo único do Estatuto Social. **4.** Lavratura da ata desta Assembleia em conformidade com o Parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei 6.404/76, estando os documentos que a compõe – o relatório anual e as demonstrações financeiras, respectivamente numerados 01 e 02 – devidamente rubricados pela Mesa e arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente Ata. Assinaturas: **Mesa:** Presidente: Mauro André de Souza; Secretário: Valter Takeo Sassaki. **Acionistas:** Arcelormittal Spain Holding, S.L.; Tekno S.A. Indústria e Comércio. Mauro André de Souza – Presidente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 346.572/19-8 em 02/07/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ubatuba avança em modernização e pretende disponibilizar 152 tablets para agentes de saúde

Agentes comunitários de dez bairros recebem tablets; medida agiliza processo de cadastramento de pacientes da cidade

Foto: Divulgação PMU

Reunião de qualificação e entrega de tablets para 152 agentes comunitários em Ubatuba; processo agiliza cadastramento de pacientes atendidos em UBS's; agentes atuam em dez bairros do município

Lucas Barbosa
Ubatuba

Para otimizar o trabalho da rede de atenção básica de saúde de Ubatuba, a Prefeitura revelou na última terça-feira que pretende até o fim do ano disponibilizar tablets para seus 152 agentes comunitários. Através do equipamento, que teve sua primeira remessa entregue na última semana, os servidores municipais armazenarão digitalmente os dados dos pacientes, podendo interligá-los ao sistema de informações do Ministério da Saúde.

Além de receberem seus tablets, setenta agentes comunitários participaram na última quinta e sexta-feira de treinamentos para o uso do aparelho e do aplicativo "E-SUS AB (Atenção Básica) Território", que reúne informações pessoais e dos estados de saúde dos pacientes assistidos pelas UBS's (Unidade Básica de Saúde) e ESF's (Estratégia de Saúde da Família).

Com a ferramenta, a proposta é reduzir o uso de papéis para armazenamento dos registros, agilizando o serviço e facilitando a consulta dos dados de cada morador. O sistema permite também os agentes acompanharem a evolução dos tratamentos oferecidos aos pacientes, principalmente diagnosticados com diabetes ou hipertensão.

Responsáveis pelo atendimento a 6.819 famílias, os agentes comunitários que receberam os tablets na última semana atuam em bairros como Araribá, Estufa II, Estufa II-A, Ipiranguinha, Itaguá, Jardim Carolina, Perequê-Mirim, Tabatinga, Perequê-Açu e Taquaral.

A diretora de Atenção Básica de Ubatuba, Estela Miragaya, ressaltou as melhorias previstas diante a modernização do processo. "O trabalho dos agentes será otimizado, acelerando o registro e sistematização de informações. Os tablets possibilitarão, através do E-SUS, um melhor acompanhamento da gestão de cuidados aos moradores. Também será facilitada a busca de dados epidemiológicos dos bairros".

Estela explicou que a Prefeitura de Ubatuba iniciou recentemente um processo de captação de recursos para tentar viabilizar a aquisição de mais tablets até o fim do ano.

A reportagem do **Jornal Atos** solicitou à Prefeitura de Ubatuba o valor do investimento para a compra dos setenta tablets, mas nenhuma resposta foi encaminhada até o fechamento desta edição.

Prefeitura lança programa de recuperação fiscal 2019 para contribuintes em Ubatuba

Governo espera até R$ 12 milhões em arrecadação com adesão ao serviço do Refis

Foto: Reprodução PMU

Prefeito de Ubatuba, Délcio Sato, pretende arrecadar R$ 12 milhões com adesão ao serviço do Refis

Marcelo Augusto
Ubatuba

A Prefeitura de Ubatuba deu início na última segunda-feira ao programa Refis (Recuperação Fiscal), que promove descontos de até 100% dos juros para regularização cadastral. O sistema acelera ainda a recuperação de créditos tributários do município.

O Refis permite que pessoas físicas ou jurídicas parcelem débitos tributários e não tributários inscritos na dívida ativa. A adesão ao programa deve ser feita até o dia 27 de setembro de 2019. As parcelas têm vencimentos para o dia 10 ou 21 de cada mês.

A secretaria da Fazenda de Ubatuba destacou que "o programa permitirá aumentar a arrecadação, reduzindo o estoque da dívida ativa, num momento em que o poder público em geral, principalmente os municípios, se deparam com extrema escassez de recursos para atender os diversos compromissos governamentais".

A assinatura do termo de adesão do Refis pode ser feita pelo responsável tributário, procurador constituído ou, em caso de pessoas jurídicas, pelo representante legal. A adesão é homologada somente após o pagamento da primeira parcela do acordo.

Os documentos necessários para aderir ao Refis são carteira de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação, documento expedido por órgãos ou entidade de classe; CPF ou CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e comprovante atualizado de endereço.

O coordenador do curso de administração do Unifatea, o professor mestre Luiz Gustavo Souza, explicou os benefícios do sistema para a cidade. "Para o poder público, o dinheiro que entra em caixa, mesmo sem as cobranças de juros e multas, ajudam a administração fazer novos investimentos e complementar a renda".

Ainda segundo professor, a pessoa jurídica se beneficia com o Refis com a liberação de novas cartas de créditos para investimentos em seu negócio.

A adesão ao programa pode ser feita pelo Portal de Serviços da Prefeitura de Ubatuba no link servicos.ubatuba.sp.gov.br ou pessoalmente, junto ao Fácil (Setor de Atendimento ao Cidadão), com atendimento ao público das 9h às 16h à rua Dona Maria Alves, nº 865, no Centro, ou junto ao Espaço Cidadão, à rua Oscar Rossin, nº 10, no Maranduba.